



Modo de vida tradicional e territorialidades pesqueiras em Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brasil)

Traditional way of life and fishing territorialities in Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brazil)

Dorival Bonfá Neto * 

Júlio César Suzuki ** 

Resumo

O modo de vida tradicional é dinâmico, cujas práticas envolvem territorialidades em disputas, como se pode perceber em pesquisa realizada em Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brasil) no que concerne aos processos socioculturais modificados pela inserção de novas territorialidades. Essas novas territorialidades, aqui identificadas como disruptivas, causaram a redução de atividades produtivas, como a agricultura e a pesca, mas também de práticas simbólicas e folclóricas. Assim, objetiva-se compreender as permanências e rupturas no modo de vida tradicional em relação aos saberes tradicionais e a pesca artesanal, levando em conta as transformações nas territorialidades os conflitos produzidos na comunidade pesqueira de Maxaranguape. O método adotado foi o materialismo histórico e dialético, com valorização das dimensões ambientais, culturais e políticas, valendo-se das técnicas de pesquisa centradas em trabalho de campo, como observação participante, relato etnográfico, entrevistas, fotodocumentação e cartografia social participativa. Como resultado, concluiu-se que a pesca é uma atividade inerente ao modo de vida tradicional da comunidade e que as atividades que causam a sua redução alteram a dinâmica do modo de vida em geral. Essas atividades estão relacionadas principalmente ao turismo e ao crime organizado, que causam desterritorializações e redução das atividades produtivas, como a pesca, e culturais, como o folclore.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; pescadores artesanais; povos e comunidades tradicionais; territorialidades disruptivas; território.

Summary

The traditional way of life is dynamic, with practices involving territorialities in disputes, as can be seen in research conducted in Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brazil) regarding the sociocultural processes modified by the insertion of new territorialities.

* Universidade Federal do Oeste do Pará. Instituto de Ciências da Sociedade. Santarém, PA, Brasil.
E-mail: bonfaneto@hotmail.com

** Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: jcsuzuki@usp.br

These new territorialities, identified here as disruptive, have caused a reduction in productive activities such as agriculture and fishing, as well as in symbolic and folkloric practices. Thus, the objective is to understand the continuities and ruptures in the traditional way of life concerning traditional knowledge and artisanal fishing, taking into account the transformations in territorialities and the conflicts produced in the fishing community of Maxaranguape. The method adopted was historical and dialectical materialism, emphasizing cultural, environmental and political dimensions, utilizing research techniques centered on fieldwork, such as participant observation, ethnographic reporting, interviews, photo documentation, and participatory social cartography. As a result, it was concluded that fishing is an activity inherent to the traditional way of life of the community and that activities causing its reduction alter the overall dynamics of the way of life. These activities are primarily related to tourism and organized crime, which lead to deterritorializations and a reduction in productive activities such as fishing, as well as cultural activities like folklore.

Keywords: socio-environmental conflicts; artisanal fishermen; traditional peoples and communities; disruptive territorialities; territory.

Introdução

O Nordeste Brasileiro é uma região extensa e diversificada que abriga uma multiplicidade de culturas, incluindo comunidades tradicionais de pescadores artesanais. Essas comunidades se desenvolveram em estreitas interações com o território terrestre e marítimo, baseadas em práticas tradicionais, produtivas e simbólicas. Um exemplo emblemático são os pescadores artesanais do Litoral Nordestino, conhecidos genericamente como jangadeiros (Casado, 2002; Diegues; Arruda, 2001; Silva, 2020) - termo que remete à embarcação utilizada, a jangada - os quais representam um modo de vida caracterizado por uma identidade étnica não rigidamente definida e com forte influência da herança africana.

Sobretudo após os anos 1970, essas comunidades de pescadores artesanais enfrentaram transformações significativas, como a introdução de lógicas mercantilizadas e a chegada de novas dinâmicas associadas a abertura de rodovias, ao turismo e ao desenvolvimento econômico (Diegues, 2004; Silva, 2010; Woortmann, 1992, 2007). Essas mudanças acarretaram conflitos relacionados à comercialização dos produtos da pesca, competição por recursos naturais e a ascensão de atividades econômicas, especialmente o turismo.

A pressão resultante dessas novas dinâmicas econômicas gerou tensões sociais e culturais, desafiando a preservação dos ecossistemas, do território tradicional e da identidade cultural desses grupos. Um exemplo concreto desse processo de mudança pode ser observado no município de Maxaranguape, Rio Grande do Norte (RN), Brasil, conhecido por sua tradição como vila de pescadores, que atualmente enfrenta um processo de redução da pesca e de outras práticas tradicionais, produtivas e simbólicas (Bonfá Neto, 2023). Os habitantes locais têm abandonado práticas tradicionais e se dedicado a atividades econômicas, especialmente o turismo, reduzindo a pesca artesanal e outras atividades produtivas e simbólicas.

Neste contexto, o presente estudo realizado em Maxaranguape-RN tem como objetivos: (1) compreender as permanências e rupturas no modo de vida tradicional em relação aos saberes tradicionais e às evoluções na atividade pesqueira artesanal; (2) discutir as transformações nas territorialidades tradicionais; e (3) analisar os conflitos territoriais decorrentes desses processos. Para essa discussão, adotaremos uma abordagem qualitativa, anticolonial e interdisciplinar.

Metodologia

A metodologia adotada se efetivou em um diálogo com¹ a comunidade para conscientizá-la sobre as oportunidades de desenvolvimento local, autônomo e comunitário, assim como a importância de manter as práticas tradicionais, produtivas e simbólicas, permitindo que os sujeitos locais se tornem os principais agentes de transformação, conhecendo suas próprias realidades e potenciais futuros (Freire, 1967).

O método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico e dialético (Paulo Netto, 2011), que propõe uma forma diferente de vincular o conhecimento e o real, vendo a realidade social como algo em constante transformação, produto de embates e de disputas por poder, compreendendo que o objeto de estudo possui contradições, conflitos e temporalidades (Gomes, 2019). É a análise dessas contradições que permitirá atingir uma síntese propositiva e de superação do estado atual das coisas. Esse método esteve voltado para a cooperação e para o desenvolvimento territorial, dialógico e participativo,

¹ Trabalhar com, escrever com e nunca somente sobre, como ensinou Paulo Freire, Frei Betto, Clodovis Boff e Carlos Walter Porto Gonçalves.

buscando valorizar a vida, a autonomia, a conservação da natureza, as identidades e os conhecimentos tradicionais e populares, em um movimento contrário à reprodução ampliada do capital, como propõe Saquet (2015, 2019).

As técnicas de pesquisa utilizadas foram: (1) trabalho de campo com observação participante (Candido, 2023; Gomes, 2019; Restrepo, 2018) e entrevistas com roteiros semiestruturados; (2) relato etnográfico, com observação e registro em diário de campo (Geertz, 2008; Rangel, 2011, 2017); (3) fotodocumentação, com o uso das fotografias como técnica de registro (Bonfá Neto, 2022; Caiuby Novaes, 2021); e (4) cartografia social participativa (Acserald; Coli, 2008), realizada em oficina.

O trabalho de campo ocorreu entre os dias 02 e 31/01/2021², com 71 entrevistas (13 crianças/jovens, 33 adultos e 25 idosos), 537 fotografias, além de uma colaboração com a Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC)³.

Modo de vida e território na leitura das populações tradicionais

O modo de vida se constitui na relação com: os saberes tradicionais (Diegues, 2008, 2019); a identidade construída frente a questões políticas (Rangel, 2011) e de ameaça às culturas (Hurtado; Porto Gonçalves, 2022), que fundamenta o território tradicional a partir da territorialidade e da identidade (Capel, 2016; Rangel, 2017; Suzuki, 2013), sendo essa identidade uma construção social cumulativa, com imaginários compartilhados (Claval, 2022); as relações de compadrio; o trabalho autônomo/familiar; a pequena produção; o baixo desenvolvimento das forças produtivas; as práticas de solidariedade coletiva, como a divisão da produção em partes, o mutirão⁴ e as celebrações lúdico-religiosas (Candido, 2023).

Assim, o modo de vida é definido pelas relações que uma comunidade estabelece com o território em que vive, refletindo a maneira como esse povo percebe e concebe o espaço, suas práticas cotidianas, sua história, sua posição na sociedade envolvente e a forma específica que garante sua reprodução social (Suzuki, 2013). Ele se materializa por

² Essas atividades foram realizadas no contexto da pandemia COVID-19, limitando algumas ações, mas devido a estabilidade da situação no local durante o período, o trabalho de campo ocorreu.

³ ONG fundada em 2016, sediada em Maxaranguape e que desenvolve projetos socioambientais no RN.

⁴ Esforço coletivo para solução de uma necessidade ou para alguma atividade. É chamado, em tupi e na Amazônia, de *puxirum*.

meio de dimensões materiais e imateriais, ou seja, o modo de vida é a maneira de um povo ser e estar no mundo, que é intermediada pelo território.

Entendemos o território a partir de uma perspectiva integradora, como um movimento e uma construção social, histórica e cultural, que está sempre vinculado ao processo de dominação e apropriação de espaços e grupos de pessoas (Capel, 2016; Haesbaert, 2021; Saquet, 2015, 2019).

Os territórios são multidimensionais (porque são econômicos, políticos, culturais, institucionais, ambientais etc.) e se definem antes de tudo com referência às relações sociais (ou seja, são relacionais), ao contexto histórico que está, e que estão em constante construção (territorialização) e desterritorialização, “[...] um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais [...]” (Haesbaert, 2021, p.32).

Em nossa concepção, desterritorialização está mais ligada, mas não exclusivamente, aos hibridismos culturais (Canclini, 2015), que erodem as relações entre as identidades culturais e seus territórios tradicionais (Hurtado; Porto Gonçalves, 2022). A desterritorialização, de forma geral, está vinculada a processos de (re)territorialização e está aplicada a fenômenos de instabilidade ou fragilização territorial, sobretudo entre os grupos socialmente segregados ou excluídos, impossibilitados de construir e/ou exercer um efetivo controle em seus territórios (Haesbaert, 2021).

Especialmente entre povos e comunidades tradicionais, o território representa um importante meio de manifestação da busca pela reapropriação social da natureza, uma vez que tais grupos desenvolvem estratégias de reterritorialização e resistência, desafiando as estruturas de poder predominantes (Hurtado; Porto Gonçalves, 2022).

Para os pescadores artesanais, a noção de território é ampla e envolve não só a terra, mas os mangues, as praias, o mar e seus pontos, que são apropriados e reconhecidos pelos pescadores e moradores locais. De modo que, eles apresentam um território descontínuo e multidimensional: simbólico, produtivo, político, jurídico, econômico e cultural.

Em nossa perspectiva de território, existe o traço da territorialidade, conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural, sendo a agregação identitária e imaterial à ideia mais tradicional de território e que possui menção à especificidade do lugar, com suas particularidades (Claval, 2022). Isso significa que além de uma dimensão material, o território também possui uma dimensão de ordem

simbólica/cultural (Saquet, 2015). Portanto, a territorialidade é uma forma de agir inata aos grupos humanos, um sistema de relações materiais e simbólicas cuja expressão depende das condições ambientais e históricas em que o grupo está inserido. Já o território, seria um produto direto das territorialidades, o resultado de um processo.

Dessa forma, território e modo de vida, enquanto categorias de análise, possuem o potencial de auxiliar na compreensão não apenas da reprodução material e da apropriação social da natureza, mas também na compreensão de aspectos como identidade, sentimento de pertencimento, papel dos mitos, tradição, conhecimentos tradicionais, relações de vizinhança, trabalho e compadrio, dinâmica do trabalho familiar e em parcerias, bem como os significados atribuídos pelos indivíduos às suas práticas.

Área de estudo: Maxaranguape, Rio Grande do Norte (RN)

Maxaranguape é um município que está a aproximadamente 54 km da capital estadual Natal, possui uma área de 132 km², população de 10.255 habitantes e IDH de 0,608 (médio) (IBGE, 2023). A sua divisão administrativa consiste em: Barra de Maxaranguape, a sede urbana, onde estão as principais instituições e os estabelecimentos comerciais; Caraúbas, distrito onde há um menor número de estabelecimentos comerciais e instituições; Maracajaú, distrito onde estão concentrados os principais equipamentos de turismo, como parques, restaurantes e hotéis; Dom Marcolino, distrito localizado no interior, onde há uma presença mais forte da agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária (Mapa 1).

Em Maxaranguape, o povoamento mantém como base e unidade territorial, as chamadas vilas (nas conversas ouvimos as pessoas usarem esse termo para se referirem a sede urbana e aos três distritos), que possuem características semelhantes ao que Antonio Candido (2023) chamou de bairro: a estrutura fundamental da sociabilidade, constituído à princípio pelo agrupamento de famílias que estão vinculadas pelo sentimento de pertencimento ao lugar, pela convivência cotidiana, em atividades lúdico-religiosas e por práticas de colaboração, reciprocidade e ajuda mútua; em síntese, “[...] a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras” (Candido, 2023, p. 87).

Mapa 1 - Localização de Maxaranguape



Fonte: elaboração própria a partir de imagens do *Google Earth*.

Tanto na sede municipal, quanto nos dois distritos litorâneos, a pesca artesanal está entre as atividades principais ao lado dos serviços (sobretudo aqueles relacionados com a prefeitura), da agricultura (em menor grau, praticada por meio de pequenos cultivos e nos assentamentos) e do turismo de negócios, pois o turismo de base comunitária é praticamente inexistente (Bonfá Neto; Barreto; Silva, 2023).

Formação territorial de Maxaranguape

Maxaranguape se originou a partir de uma corrente de povoamento para a região do Cabo de São Roque em meados do século XIX (quando essa região fazia parte da Freguesia do Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touro), por quilombolas, escravizados e migrantes vindos do Sertão e do Agreste fugindo das secas (como as de

1877, 1915 e 1932), dando origem a pequenos povoamentos e vilas de pescadores (Araújo Júnior, 2019). Esse movimento fez com que se configurasse, ao longo do Litoral Brasileiro, uma diversidade de povos e comunidades tradicionais de pescadores artesanais (Cascudo, 2002; Diegues, 1995).

A fixação desses sujeitos, contudo, deu-se de maneira alheia as normas jurídicas estabelecidas para a posse de terra no Brasil, sobretudo após a Lei de Terras (BRASIL, 1850)⁵, que tornava ao acesso à terra possível somente mediante a compra, atribuindo a terra um valor econômico, elemento que era ausente na apropriação territorial das comunidades tradicionais, que tratavam a terra sob um “uso comum”.

Moradores locais informaram que Barra de Maxaranguape era conhecida como “Barra dos Nêgos”, fazendo alusão à ancestralidade afro presente no local:

Cleudo: A cidade de Maxaranguape? Era chamada a Cidade dos Nêgo.

DBN: Dos Nêgo? Cidade dos Nêgo por quê?

Cleudo: Porque tinha muito nêgo [negros], aqui era igual a senzala [risos]. Mas era mesmo eu lembro que se chamava Barra dos Nêgo, porque tem o pessoal mais velho que fala isso, né. **(Cleudo “Macario”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h03min.).**

Emerson: Começou de fora, né, foi evoluindo a cidade, como uma vilazinha de pescador, foi evoluindo. Começou vir gente de fora, foi evoluindo, evoluindo assim. Começou como Barra dos Nêgo, porque era só negros, aí começou logo depois a cidade. **(Emerson “Piloto”, 44 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h18min.).**

Essa nomenclatura de “Barra dos Nêgos” demonstra como o território pode ter se constituído, também, a partir de um quilombo, pois havia a presença de muitos engenhos de açúcar na época da escravidão, e os pescadores artesanais se formaram a partir de processos étnicos de miscigenação e culturais de hibridização, com fortes elementos negros/afros.

A partir dos testemunhos, se evidenciou que os núcleos de ocupação (as chamadas “vilas”), possuíam uma origem pela ocupação de algumas famílias, que estabeleciam as bases para o povoamento e uso do território. Por conseguinte, uma ausência de documentos jurídicos que provem essa ocupação ancestral - que está presente na memória coletiva, na identidade local e na História oral - fragiliza o reconhecimento da posse do território e da construção da identidade tradicional.

⁵ Lei nº 601/1850, dispõe sobre as terras devolutas do Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica. Essa lei legitima um processo de apropriação da terra pela compra e venda, e não mais a concessão ou posse.

Como consequência, ao longo do tempo, os pescadores foram perdendo as suas terras que foram sendo vendidas e/ou apropriadas por terceiros, e aos poucos a agricultura deixou de ser combinada com a atividade pesqueira, em um movimento de espoliação do território tradicional e desterritorialização.

Entre os motivos que causaram a perda das terras de lavoura, que foram citados pelos moradores estão: (1) mecanização da produção rural, (2) venda de terras para os estrangeiros e forasteiros a preços irrisórios, (3) apossamento de terras, (4) descaso dos mais jovens para com a agricultura, (5) expansão dos monocultivos, (6) chegada e expansão do turismo empresarial etc.

Essas desterritorializações são causadas pelas frentes de expansão, que ocorrem por meio de construção de infraestrutura e são marcadas por uma lógica territorial que concebe áreas tradicionalmente ocupadas por populações tradicionais como vazios demográficos. Quando, na realidade, são lugares e territórios que estão ocupados sob formas de apropriação diferentes do direito formal, como a apropriação comunitária tradicional e o direito consuetudinário.

Com a desterritorialização de comunidades pesqueiras, além da redução da pesca artesanal, pode ocorrer a transformação de comunidades tradicionais em periferias urbanas marginalizadas e excluídas e o abandono de modos de vida tradicionais e alternativos (Diegues, 1995, 2004).

Esse fato é comum na história da grande maioria dos povos tradicionais no Brasil. Trata-se de um processo que ocorre de maneira lenta, uma “violência lenta”, que se insere nos processos de reprodução do capitalismo, através do colonialismo e do neoliberalismo.

A ideia de violência lenta é definida pelo linguista Rob Nixon (2011, p.22, tradução nossa) como “[...] uma violência que ocorre gradualmente e fora da vista, a violência da destruição atrasada que está dispersa no tempo e no espaço, uma violência debilitante que normalmente não é vista como violência”. Para Nixon (2011, p.23), essa violência causa desastres que “[...] se movem lentamente e que estão há muito tempo em formação, desastres que são anônimos [...], desastres que são friccionais e indiferentes às tecnologias impulsionadas pelos sentidos do mundo da imagem”.

A violência lenta que ocorreu em Maxaranguape-RN com a perda de território ocasionou uma drástica redução da prática agrícola e posteriormente da pesca artesanal,

modificando, através de relações de permanências e rupturas, todo o modo de vida tradicional, a partir da chegada de novas dinâmicas territoriais.

Permanências: Modo de vida tradicional, pesca artesanal e saberes tradicionais

Em Maxaranguape, o mar e a pesca fazem parte do modo de vida, produzindo territorialidades que, por sua vez, constroem o território tradicional pesqueiro. Uma grande importância atribuída ao mar e a pesca é o fato desta garantir a segurança alimentar.

O conhecimento ancestral de gerações que conviveram com o mar e se apropriaram de seus elementos permite afirmar que o mar é um elemento determinante para a conformação do modo de vida tradicional, através de vínculos sensíveis que foram estabelecidos no ambiente.

As comunidades pesqueiras estabeleceram uma relação mais íntima com a natureza, pois seus modos de vida estavam completamente relacionados com os ciclos naturais, como as estações do ano, fases da lua, marés e condições meteorológicas (Silva, 2010), além de regimes de propriedade de uso comum (Diegues, 2008), relações afetivas e memórias coletivas com o território (Claval, 2022; Little, 2002; Rangel, 2011, 2017).

Entre as práticas de ajuda mútua e solidariedade que estão associadas com a pesca artesanal, está o hábito de dar os pescados, sobretudo, aos conhecidos, às mulheres e às crianças, como demonstrado em Bonfá Neto (2022), garantindo a presença de proteína animal na alimentação da comunidade.

Todos esses elementos materiais e simbólicos estão presentes em Maxaranguape e estreitamente relacionados com sua formação histórica e sociocultural e com as experiências construídas pelos sujeitos em relação com seus ambientes. A pesca artesanal continua sendo a atividade tradicional predominante no município, uma vez que já são pouco praticadas a agricultura, o extrativismo e a caça.

Portanto, a pesca artesanal possui um significado cultural que caracteriza Maxaranguape enquanto comunidade tradicional pesqueira. A presença da pesca artesanal no modo de vida, conforme ressaltado nas entrevistas, se faz presente através de distintas esferas, que podemos sintetizar e categorizar:

1) Trabalho principal: é o caso dos que se intitulam como “pescadores”, havendo a grosso modo, duas modalidades: aqueles que pescam “embarcados”, ficando até 20 dias

no mar em barcos maiores; e aqueles que pescam na jangada e ficam entre um e três dias “na maré”.

- 2) Trabalho complementar: a pesca é praticada em conjunto com outras atividades produtivas, anteriormente era mais a agricultura, já hoje é mais com atividades relacionadas aos serviços e a construção civil, porém em alguns casos ainda com a lavoura. A pesca aparece como um complemento de renda e fonte de proteína animal;
- 3) Lúdico: a pesca é praticada nos tempos livres, por diversão e passatempo/hobbie. Muitas vezes é o caso daqueles pescadores que fazem a puxada de rede (Bonfá Neto, 2022);
- 4) Esporte e turismo: A pesca é oferecida como um atrativo e um produto turístico;
- 5) Convívio com pescadores: ainda que a maioria dos habitantes dessas comunidades não sejam pescadores ou pescadoras, todos que vivem nesse território possuem alguma relação com a atividade pesqueira, pois estão inseridos em uma realidade onde a cultura pesqueira tem grande relevância, a ponto de serem chamados de “vilas de pescadores”.
- 6) Maneiras de aprender e educar: vendo os mais velhos pescarem, vendo o preparo (quase diário) de pescado em suas casas etc.

Essa presença da pesca no modo de vida, através de diversas esferas, conformou um complexo sistema de apropriação social da natureza, tendo como base os conhecimentos tradicionais das estações do ano, luas, marés, condições meteorológicas e dos ciclos reprodutivos das espécies marinhas, como também das práticas lúdico-religiosas.

As estações do ano, as fases da lua e as marés são elementos essenciais para o trabalho da pesca. Existe uma visão cíclica da natureza, em que o ano é dividido em tempo quente (verão) e tempo frio (inverno).

Nesse sistema complexo de apropriação social da natureza, a maré é dividida popularmente em: “ruim, brava, alta ou agitada” (lua nova ou cheia, mais vento e chuva, sendo pior para “sair para a maré”) e “boa, mansa ou fraca” (pouco vento, é a melhor maré para a pesca) ou “maré quebrando”, maré secando e diminuindo a força, “a praia aumenta e a água fica lá embaixo”, como dito por um pescador.

As luas novas, quarto minguante ou quarto crescente são as que apresentam melhores condições para a pesca, já quando a noite está muito clara, como em lua cheia, os peixes são “afugentados”. Nas luas cheias e novas, a maré fica mais agitada, enchendo mais, chamada de “maré alta”. Em lua crescente e minguante a noite fica mais

escura, chamada de “noite parda”, e a maré leva mais tempo para subir e abaixar, há uma redução na força da maré e ficam melhores para pescar. As marés de janeiro e fevereiro são as que sobem mais.

A unidade de tempo tida pelos pescadores artesanais não é em horas e nem em minutos, mas sim em: (1) dia, marcado pelas marés altas e baixas, que se repetem duas vezes em 24 horas; (2) semana, marcada pela virada de uma lua e início de outra, alterando a dinâmica das marés; (3) mês, marcado pelo ciclo lunar, com as quatro fases da lua; e (4) ano, pela ocorrência das estações chuvosa e seca (inverno e verão), que também altera as marés e os ciclos reprodutivos e migratórios dos pescados.

Também há uma classificação acerca do relevo e da geomorfologia. A orientação dos pescadores jangadeiros é baseada em elementos como pedras, árvores, morros, recifes de corais etc. Esses elementos são utilizados para encontrar os pontos de pesca e estão referenciados segundo alguns nomes: parracho, parede, assento, caminho, restinga, coruba, risca, freita, canal, caial, caminho (latitude - norte/sul) e assento (longitude – leste/oeste).

A mobilidade dos pescadores e a variação na escolha e diversidade de pontos de pesca é um fator que favoreceu a conservação ambiental. Os pescadores também têm um conhecimento amplo sobre as espécies de peixes, que envolve o nome popular, habitat, tamanho, grau de ameaça e técnica de captura.

Normalmente, o sujeito que domina os saberes do mar e da pesca a partir da experiência é reconhecido como mestre. A “mestrança” é uma das posições que existe na pesca artesanal brasileira, sendo um corpo de conhecimentos, experiência e competência que garantem a autoridade para decidir como e onde pescar, assim como as ações e funções da tripulação. Em Maxaranguape, o reconhecimento dos mestres já está sendo perdido, pois quando interrogados sobre os mestres, até os pescadores mais experientes diziam que os “últimos mestres” já haviam falecido, embora já existam outros mestres, ainda que pouco conhecidos.

Todos os etnosaberes relativos ao ambiente marinho e costeiro estão inseridos em um modelo de representação e apropriação da natureza que inclui elementos de cuidado e respeito com o ambiente, garantindo a etnoconservação⁶. Os conhecimentos e saberes

⁶ Modelo de conservação em que as populações tradicionais garantem a manutenção e a ampliação da biodiversidade local (Diegues, 2008, 2019; Little, 2015).

tradicionais contam com a presença de mitos e lendas que ordenam os usos do espaço, assim como moldam o imaginário coletivo da cultura pesqueira, que constituem representações simbólicas, por meio de histórias, mitos, lendas, valores e crenças.

Diegues (2008, p.86-87) demonstra a relação entre sistemas de manejo, conservação ambiental e representações dos mitos, que também formam o território tradicional:

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o lócus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais.

As principais celebrações lúdico-religiosas que ocorrem em Maxaranguape estão relacionadas, sobretudo, com o catolicismo rústico⁷, são elas: 1) Festa de Nossa Senhora da Guia (a padroeira, em 19 de novembro); 2) Festa dos Reis Magos (6 de janeiro), com Boi de Reis (Bumba meu boi) e Vaquejada; 3) Festas juninas (o dia de São Pedro, 29/06, é também o dia do pescador). Muitas dessas festas eram celebradas com manifestações culturais típicas, chamadas de folclore, hoje já são pouco praticadas. No tempo dos antigos, eram as mulheres quem assumiam o protagonismo da organização dessas celebrações, destacando o papel feminino na transmissão dos significados culturais, das festas, das danças, do folclore e da cultura popular. Alguns exemplos de festividades que caíram em desuso incluem: chegada, pastoril, lapinha, capelinha, drama, coco de roda e repentes.

Entre os mitos e as lendas locais pudemos identificar alguns que permanecem: O “Fogo do Batatão” foi o mito (um folclore brasileiro de origem indígena) que mais apareceu nos depoimentos. Popularmente conhecido em outras regiões como Boitatá, descrito como uma cobra de fogo que atua na proteção das florestas e do espaço rural. Também foram citados o Lobisomem, o “Cumpadi e a Cumadi” e a Mula Sem Cabeça.

⁷ Catolicismo que agrega elementos como: respeito as divindades, aos chefes de família e aos mais velhos, caridade, momentos mágicos, dias de santos, festas, benzedeiros(as), curandeiros(as), crenças em divindades religiosas, míticas, em lendas sagradas etc. (Candido, 2023).

A percepção do pescador em relação ao seu ambiente se expressa a partir de representações, que também moldam o agir sobre o território. A medida que as atividades tradicionais, como a pesca, são reduzidas, as lendas e representações mítico-religiosas também se reduzem. Soma-se a isso o avanço das igrejas evangélicas que proíbem cultos a imagens e costumam condenar muitas das práticas lúdicas e culturais presentes no modo de vida das populações tradicionais, fazendo com que os sujeitos as abandonem, classificando as como do diabo (Diegues, 2004).

Os conhecimentos tradicionais resultam de múltiplas interações dos povos com os territórios e os ambientes naturais que habitam, o que permitiu a conservação, ou etnoconservação (Diegues, 2019), em que a manutenção da cultura daquele povo está estritamente associada à conservação dos aspectos naturais de seu território. De modo que, a perda do território em Maxaranguape causou e causa, além de mudanças significativas na paisagem, a redução de todo um modo de vida e um conjunto de saberes e fazeres, garantidos por uma cultura oral que se efetiva no território. Esse processo ocorreu com a chegada do que chamamos de territorialidades disruptivas, fazendo referência as territorialidades modernas (e coloniais) que provocam rupturas mais radicais que invisibilizam as dinâmicas mais tradicionais.

Chamamos de **territorialidades disruptivas** aquelas que afetam o modo de vida tradicional, que reduzem ou mercantiliza os pescados ou os pescadores, que causou espoliação territorial, o fim das manifestações culturais, de relações de solidariedade como cooperação e ajuda mútua e que causam os conflitos socioambientais e territoriais (Bonfá Neto, 2023, p.58).

As territorialidades disruptivas sobrepujam as tradicionais, por serem ambientalmente mais degradantes e por tentarem substituir o tradicional, a cultura e os etnosaberes. Elas desterritorializam esses elementos de forma violenta ou lenta, simbólica e/ou material, e em Maxaranguape estão relacionadas principalmente com a chegada do turismo e da pesca industrial, sobretudo a partir dos anos 1970, e do crime organizado, sobretudo após os anos 2010.

Rupturas: Territorialidades disruptivas e modo de vida tradicional

Até meados do século XX, as comunidades pesqueiras do RN viviam em um relativo distanciamento da capital Natal, se relacionando com esta por meio da troca e comercialização de produtos, pelas manifestações culturais e pelo fluxo de informações e pessoas. A agricultura estava mais presente no modo de vida tradicional, sobretudo nas terras comuns, chamadas também de “terras soltas”.

As soltas eram terras não-apropriadas privadamente, nem convertidas em mercadoria. Essa designação é comum ao Nordeste brasileiro, como era também no passado a sua livre utilização para a lavoura, para o criatório solto, ou para a retirada de madeira e lenha. Em todo o Nordeste, as soltas foram sendo privatizadas, em algumas regiões já a partir da célebre Lei de Terras de 1850 (Woortmann, 1992, p.6).

Nos anos 1950, com a intensificação da privatização, venda, apropriação e cercamento das terras, houve a expansão dos monocultivos e o fim das terras comuns ou “soltas”. Então, se iniciam algumas transformações nas comunidades de pescadores, influenciadas pela privatização das “terras soltas”, chegada dos veranistas, do turismo empresarial, da pesca industrial e de outras atividades de serviços, causando desterritorializações (Bonfá Neto; Barreto; Silva, 2023).

Nos anos 1960 há uma redução das casas de farinha e o abandono da criação de animais, ocasionando uma gradual substituição dos produtos locais e autônomos pelos produtos de mercado. Nos anos 1970 e 1980, há o auge da coleta de cisco⁸, uma redução das práticas coletivas e de ajuda mútua, a chegada da pesca industrial e de lagosta, com maior lógica mercantil.

Os homens se inserem em outros serviços, como construção civil e de “caseiros” para os veranistas, que começam a comprar as casas em frente às praias. As mulheres como empregadas domésticas, vão se distanciando dos saberes relativos à terra e à saúde, que são “transmitidos” da comunidade ao Estado (ou à iniciativa privada, quando há que pagar o serviço). Esses saberes e fazeres passam a custar dinheiro, é o dinheiro entrando no território (Santos, 1999).

⁸ **Ciscos ou sargaços** (*Sargassum sp.*) envolvem uma variedade de espécies de algas marinhas comum em regiões tropicais, que crescem normalmente grudadas nas rochas e fincam suas raízes no fundo do mar ou ficam flutuando na superfície.

Dos anos 1960 aos 1980 houve uma “corrida aos cartórios”, por parte das oligarquias e políticos locais para registarem as terras e os “proprietários” se apossaram de suas supostas propriedades, processo que excluiu os pescadores, como demonstra Woortmann (1992)⁹. Esse fenômeno se manifestou em Maxaranguape e teve impactos marcantes, primeiramente na agricultura, e posteriormente na pesca artesanal, reduzindo ambas as atividades. Outro impacto decorrente dessas mudanças foi a redução dos mutirões e de outras relações de trabalho cooperativo e de ajuda mútua.

Muitas vezes, o valor pelo qual as terras foram vendidas era irrisório e não melhorou as condições básicas de vida, como alimentação, abrigo, agasalho, acesso à saneamento básico, às tecnologias etc. Essas mudanças são de média duração (menos de um século), porém elas se fazem para perpetuar as estruturas de longa duração, como a desigualdade e a condição de submissão das comunidades tradicionais, que são heranças coloniais. Esses fatores são semelhantes e unem, em uma luta fundiária, todos os povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Uma mudança expressiva nas habitações e suas arquiteturas, que ganha força nos anos 1970, é a redução das casas tradicionais, que eram construídas de madeiras extraídas no local, adobe e cobertura de palha - todos recursos disponíveis no ambiente - através do mutirão, constituindo uma arquitetura vernacular. A diminuição da ocorrência dessa arquitetura ocorreu devido ao aumento das casas de alvenaria, um modelo de arquitetura que ensejava um gasto monetário e maior dependência de materiais exógenos.

A ocupação em frente à praia era estrita aos moradores locais, com casas de palha e/ou taipa, que foram sendo substituídas pelas casas dos veranistas e os habitantes locais passaram a viver mais longe da praia. Os ranchos ou ramadas de pesca, localizados nas praias, existiam em maior quantidade, eram muito mais ocupados e possuíam uma centralidade maior dentro das vilas, uma vez que eram recinto de armazenamento dos materiais, de descanso, de socialização dos pescadores e abrigo para os trabalhos manuais. O rancho era um importante lugar de afirmação da territorialidade pesqueira, significado que ainda preservam (Bonfá Neto, 2022).

Um elemento central para o modo de vida tradicional no tempo dos antigos, que associa as práticas produtivas com a alimentação, era a casa de farinha. Segundo os

⁹ Ellen Woortmann fez trabalhos de campo nos anos 1980 e 1990 em Rio do Fogo e Touros, vizinhos de Maxaranguape, que antigamente constituíam o mesmo município.

testemunhos, em Maxaranguape, havia cerca de 12, que se constituíam como estruturas fundamentais da sociabilidade, do trabalho e da produção agrícola. O desaparecimento das casas de farinha é uma das principais evidências da redução da agricultura familiar e da desterritorialização que isso causou, pois, a população não se constituía apenas como pescadores artesanais, mas sim como pescadores e agricultores ou “pescadores-lavradores” (Diegues, 1995, 2004), indicando que a pesca e agricultura possuíam uma relação de complementaridade. A identidade de agricultores (ou camponeses) foi a primeira a ser apagada.

No “tempo dos antigos”, a conexão entre o modo de vida e a natureza era estreitamente ligada à alimentação, cultivada e colhida localmente, tendo como base alimentar os peixes e a mandioca. Muitas relações ainda não tinham mediação financeira, a comunidade cultivava e consumia seus próprios alimentos, tendo baixa dependência em relação ao mundo exterior. Essa autonomia, ainda que relativa, não era só em relação a alimentação, mas também as habitações (feitas de materiais disponíveis no meio) e a saúde, que não era responsabilidade do Estado, mas estava nas mãos das curandeiras, benzedoras, parteiras, mães de santo e sabedoras(es) tradicionais. A maior dependência das coisas da cidade também trouxe a violência, os vícios, as bebidas, o poder do dinheiro no território, tal qual fala Milton Santos (1999).

A intensificação das relações mercantis, a redução das atividades primárias e a expansão do turismo, também mudaram a configuração das habitações e dos quintais, alterando a paisagem da vila e aumentando a percepção de insegurança.

Atualmente, os pescadores afirmam que há uma redução da pesca, pois no “tempo dos antigos” havia mais abundância de pescados e mais pescadores. Os testemunhos deixam nítido como há uma preocupação de que os pescadores podem acabar. Quase sempre é ressaltado a falta de trabalho jovem na pesca, o que acarretará a falta de pescadores.

A redução no número de pescadores e as transformações na cultura pesqueira ocorrem por territorialidades vindas de fora, de um modo de vida que não era o local. Entre os elementos que trazem as territorialidades disruptivas, destacam-se o turismo empresarial e o narcotráfico.

Em Maxaranguape, a presença do crime organizado¹⁰ afeta os mais jovens e diminui o interesse deles pela pesca artesanal. O narcotráfico está presente no município e em todos os distritos há pontos de comércio de drogas, chamados bocas ou biqueiras. De modo que, o narcotráfico é um dos principais fatores de transformação da pesca artesanal, por retirar a juventude da atividade pesqueira, que, em busca de dinheiro mais fácil, entram para o crime organizado.

Há uma correlação entre turismo e violência, visto que Maracajaú é apontada como a vila mais violenta e onde o turismo está mais “desenvolvido”, ou seja, tem maiores proporções. A percepção dos moradores é de que a violência chegou com o turismo, que primeiramente causou a expropriação e a perda das terras de cultivo e próximas às praias, e, atualmente, segue contribuindo para a redução dos pescadores. A chegada do narcotráfico, das drogas e da violência é associada com a chegada e expansão da atividade turística.

Esse processo desterritorializador é uma continuidade das mudanças que se iniciam a partir de meados do século XX, causando uma expropriação territorial com a perda das terras, que levou ao fim da agricultura. Posteriormente, a chegada de novas lógicas associadas às territorialidades disruptivas aprofundaram a expropriação territorial, sobretudo das praias, que foram colocadas em disputa com o turismo. Isso causou mudanças simbólicas e culturais no modo de vida, como o abandono da pesca e a maior presença dos serviços, fragilizando as relações de parentesco, ajuda mútua e colaboração, reduzindo a autonomia comunitária em processos de tomada de decisão e prejudicando a conservação ambiental. Porém, ainda hoje, a pesca segue sendo a atividade de destaque no município, demonstrando a rigidez da territorialidade pesqueira, que mesmo colocada em disputa se mantém, continua resistindo e (re)existe (Hurtado; Porto Gonçalves, 2022).

Nesse âmbito, foi possível identificar algumas territorialidades sobrepostas e descontínuas, o que evidencia uma multiterritorialidade (Haesbaert, 2021), entre as quais se destacam:

¹⁰ O crime organizado e a violência se expandiram no estado do Rio Grande do Norte sobretudo após 2017, quando surgiu um conflito entre o Sindicato do Crime, facção potiguar criada em 2013, e uma facção paulista. Esse embate resultou em motins, assassinatos e uma escalada da violência que se iniciou nos presídios e se estendeu pelas ruas do RN. Em 2017, o estado chegou a ser o mais violento do Brasil, além de ser estratégico na rota do tráfico internacional, em direção ao mercado europeu. As facções disputam esses territórios, com os jovens pobres sendo os mais recrutados, especialmente pelo Sindicato do Crime, presente nos bairros carentes do RN e em pequenas cidades, controlando o comércio de drogas e a dinâmica carcerária, áreas intensamente disputadas após o fim da paz entre as duas maiores facções do Brasil, em 2016. Além das facções, o RN também enfrenta a presença de grupos de extermínio, agravando ainda mais a complexidade e a gravidade da situação de segurança pública na região (Manso; Dias, 2018).

- 1) Territorialidades tradicionais, daqueles que habitam e constroem os seus modos de vida, atrelando cultura e território. Essas territorialidades estão presentes entre os pescadores, mas também nos assentamentos de reforma agrária existentes em Maxaranguape;
- 2) Territorialidades de mercantilização da natureza, relacionadas à agroindústria, aos monocultivos, à pesca industrial e ao mercado de maneira geral, mercantilizando a natureza e seguindo os objetivos de grandes empresas e/ou proprietários de terras. Muitas vezes, essas territorialidades se colocam mais ocultas, como a dos latifundiários;
- 3) Territorialidades do turismo empresarial, que também são disruptivas, pois causam a desterritorialização – física e simbólica – e a reterritorialização (Bonfá Neto; Barreto; Silva, 2023). Isso ocorre com conflitos pelo território, muitas vezes despercebidos, em que a expansão turística vem a causar uma violência lenta, cuja durabilidade é dispersa no tempo, dificultando a compreensão do fenômeno como violento (Nixon, 2011). Isso reduz a pesca e os pescadores e se apropria do território pesqueiro (terrestre e marítimo);
- 4) Territorialidades institucionais associadas às ONGs (como a APC) e aos órgãos públicos ambientais, que possuem uma visão ambiental conservacionista e de ordenamento territorial. Essas territorialidades podem ser convergentes com o objetivo das territorialidades tradicionais, sobretudo se considerarem a cultura e os saberes tradicionais para o (etno)manejo e a (etno)conservação do território;
- 5) Territorialidades ligadas ao crime organizado, causando um recrutamento dos jovens, que em prol de um ganho “mais fácil” entram para o narcotráfico (Manso; Dias, 2018), se desinteressando em aprender a pescar, a plantar etc.

Muitos desses elementos que afetam o modo de vida e o território, de modo geral, causam uma redução da atividade pesqueira e de sua importância como prática que constrói territorialidades, que são afetadas pelas territorialidades disruptivas. Esse processo já ocorreu no passado com a agricultura e se constituiu como uma espoliação.

A percepção predominante entre os pescadores é que a atividade pesqueira diminuirá consideravelmente, como já vem ocorrendo, porém não chegará ao fim, e o trabalho precário e informal tende a se expandir. Relatos indicam que ao longo das últimas cinco décadas houve uma diminuição nas técnicas de pesca e no número de pescadores. A pesca como atividade principal é a que mais se reduz, havendo uma certa estabilização da pesca como atividade lúdica e como trabalho complementar.

Os processos analisados evidenciam as mudanças socioculturais decorrentes da modernização ao longo dos últimos 70 anos, marcando a transição de um modo de vida quase autossuficiente, para um influenciado por relações mercantis e monetárias. As transformações na pesca artesanal revelam duas tendências distintas: aquelas de ruptura, ligadas as territorialidades disruptivas, e as de permanência, associadas à preservação das práticas e saberes tradicionais e no uso e apropriação tradicional do território. Os processos de desterritorialização identificados se caracterizam pela sobreposição de territorialidades disruptivas às tradicionais, as quais também são reflexo (ou resultado) da forma como o território é garantido (ou não) para essas comunidades.

Considerações Finais

O território, ainda que seja fundamentalmente mediado pelo poder, se constitui como espaço de educação, construção de conhecimento e preservação da memória coletiva, especialmente nas comunidades tradicionais. Em que pese ser o processo educativo predominantemente oral e prático, ocorrendo de forma integrada ao ambiente vivido, embora esteja intrinsecamente ligado ao percebido e ao concebido, moldando assim o modo de vida tradicional. Desta forma, a manutenção do território tradicional pesqueiro é essencial para manter vivos os processos educativos que são tanto um meio quanto um resultado da manutenção dos conhecimentos e saberes tradicionais. Essa interconexão entre modo de vida, território e educação destaca como as mudanças territoriais impactam diretamente na educação, afetando a construção coletiva de saberes e tradições.

Ao analisar a pesca artesanal como parte integrante dos significados culturais e do modo de vida tradicional, percebe-se que a técnica e a cultura são conceitos essenciais nesse contexto. A pesca artesanal, por ser dinâmica e passar por transformações, mantém a influência dos conhecimentos e saberes tradicionais e envolve uma identidade.

Nesse sentido, foi possível a discussão, por meio das mudanças na atividade pesqueira, das rupturas e permanências no modo de vida tradicional, juntamente com as sobreposições de territorialidades tradicionais e disruptivas. A pesca artesanal, ao produzir territorialidades pesqueiras e identidades, revela-se como uma atividade central nesse contexto. Concluímos que a pesca é uma atividade que vai muito além de prática

produtiva, pois a pesca e o mar aparecem como uma mediação essencial entre o território (ocupado ancestralmente) e o modo de vida tradicional.

A introdução de elementos modernos, como o turismo e posteriormente o narcotráfico/crime organizado, trouxe territorialidades disruptivas que ameaçam o modo de vida tradicional, levando à desterritorialização. Isso se manifestou inicialmente na perda de terras comuns e mais próximas as praias e no declínio da agricultura, e mais recentemente, na redução dos pescadores e dos recursos pesqueiros.

A chegada dessas novas dinâmicas econômicas e sociais gerou tensões internas e externas, desafiando a preservação do ecossistema, do território tradicional e da identidade cultural dos pescadores artesanais. Todas essas mudanças trouxeram algumas ameaças, que representam as principais enfrentadas pelos pescadores artesanais do litoral nordestino atualmente: especulação imobiliária, impactos socioeconômicos e ambientais, dificuldade de acesso a políticas públicas, condições precárias de vida (vítimas das mudanças em seus territórios) etc.

Essas ameaças representam desafios complexos para muitas comunidades de pescadores artesanais do litoral nordestino, colocando em risco não apenas suas práticas tradicionais, mas também sua subsistência, segurança alimentar, identidade cultural e relação com o ambiente marinho, que tem sido assegurada graças as permanências de alguns saberes e práticas tradicionais.

Por isso, os conhecimentos tradicionais pesqueiros representam um patrimônio cultural valioso, embora não reconhecido pelo Estado. Esses saberes abrangem uma variedade de conhecimentos sobre a natureza: ventos, fases lunares, marés, estações do ano, navegação, calendários de pesca, ecologia marinha, técnicas de pesca, entre outros. A diversidade desses conhecimentos destaca a amplitude do território pesqueiro e a importância de políticas públicas que abranjam todo esse território (simbólico, produtivo etc.), sendo construídas com essas comunidades e não para elas e que considerem os saberes tradicionais. Ao promoverem a etnobiodiversidade, os povos e comunidades tradicionais constroem territórios de resistência, impedindo que “o céu caia sobre nossas cabeças”.

Os conhecimentos e saberes tradicionais são uma demonstração de como o passado e a tradição se realizam como imagens que se ativam no presente e possibilitam o futuro. Há uma necessidade de que os povos e comunidades tradicionais se apropriem dos conhecimentos produzidos, que as lideranças tenham esses instrumentos e que os

acadêmicos se politizem e ocupem os campos de disputas sociais e das batalhas de ideias. Assegurar e conservar o território tradicional é essencial para a (re)existência das populações tradicionais diante das ameaças das territorialidades disruptivas.

Referências

- ACSERALD, Henry; COLI, Luis Regis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. *In*: ACSERALD, Henry (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p.13-43. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.
- ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. “**Não é terra de préstimo e nunca foi povoada**”: a territorialização dos Sertões do Cabo de São Roque (1500-1719). Dissertação (Mestrado em História Social), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- BONFÁ NETO, Dorival. The net-pulling; cooperation, collectivity and mutual help in images. **GIS - Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-37, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2022.190822>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/190822>. Acesso em: 27 maio 2024.
- BONFÁ NETO, Dorival. **Território, modo de vida e pesca artesanal**: análise comparada entre Bahía Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico Brasileiro. Tese (Doutorado em Ciências e em Geografia), Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, e Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/85016>. Acesso em: 27 maio 2024.
- BONFÁ NETO, Dorival; BARRETO, Isadora Natália; SILVA, Lucas Gabriel Pinheiro. O turismo em Maxaranguape (RN, Brasil): configuração, dilemas e propostas desde a Ecologia Política. **Ar@cne**, v.27, n.277, p.1-30, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1344/ara2023.277.40357>. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/40357/39391>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 601 de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. Por uma sensibilização do olhar – Sobre a importância da Fotografia na formação do antropólogo. **GIS - Revista de Antropologia**, v.6, n.1, p.1-10, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2021.179923>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/179923>. Acesso em: 9 fev. 2021.

- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015 [1990].
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023 [1964].
- CAPEL, Horacio. Las Ciencias Sociales y el estudio del territorio. **Revista bibliográfica de Geografía**, v.11, n. 1.149, p.1-38, 2016. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/b3w/article/view/26319>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Jangada**: uma pesquisa etnográfica. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 2002 [1957].
- CLAVAL, Paul. A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural. **Geosp**, v.26, n.2, p.1-17, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/%20view/200518>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUP/USP, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Nupaup/USP, 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2008.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Conhecimento, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v.50, p.116-126, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v50i0.66617>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617/38436>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo/Brasília: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001
- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].
- GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**: ciência do homem / filosofia da cultura. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HURTADO, Lina Maria; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y Re-existir. **GEOgraphia**, v.24, n.53, p.1-30, 2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a54550>. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/54550>. Acesso em: 4 abr. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Maxaranguape**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/maxaranguape.html>. Acesso em: 3 fev. 2023.

LITTLE, Paul Elliott. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma Antropologia da territorialidade. Rio de Janeiro: Anuário antropológico, p.251-290, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 25 out. 2024.

LITTLE, Paul Elliott. Desenvolvimento territorial sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI. **Guaju**, v.1, n.2, p.127-143, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5380/guaju.v1i2.45039>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45039>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674061194>

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RANGEL, Kátia Souza. **Do bairro rural a território quilombola**: um estudo da comunidade do Mandira. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RANGEL, Kátia Souza. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESTREPO, Eduardo. **Etnografia**: alcances, técnicas y éticas. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2018.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v.1, n.1, p.7-13, 1999. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>

SAQUET, Marcos Aurelio. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Anelino Francisco. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: O caso potiguar. **ACTA geográfica**, v.4, n.8, p.57-65, 2010. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/303/449>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SILVA, Luis Geraldo. De mestres Jangadeiros à comissários de peixe. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v.2, n.1, p.109-121, 2020. Disponível em: <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/79>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, v.16, n.2, p.627-640, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegografia/index.php/espacoegografia/article/view/272>. Acesso em: 30 jun. 2021

WOORTMANN, Ellen. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.18, p.41-60, 1992.

WOORTMANN, Ellen. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. **Revista Estudos Feministas**, v.2, n.15, p.476-48, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200015>

Recebido em 29/05/2024.

Aceito para publicação em 10/09/2024.